



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL

## PARECER DO ÓRGÃO CONTROLE INTERNO – RELUCI

### SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

**Emitente:** Controladoria Geral de Guarapari

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Guarapari

**Gestor responsável:** Edson Figueiredo Magalhães

**Exercício:** 2024

### RELATÓRIO

#### 1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho		Lei 4.320/64, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	407.449.292,16	211.189,23	Despesa de exercícios anteriores liquidadas até 31/10/2024.
1.2 Gestão Previdenciária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 4105/2017 Regime de competência	Verificar se foram realizados registros contábeis orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	13 folhas	10 folhas	Folha de Pagamento do período de janeiro a outubro 2024.
1.2.2	Pagamento das obrigações Previdenciárias - parte patronal	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 4105/2017 Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	13 folhas	10 folhas	Folha de pagamento de janeiro a outubro de 2024.
1.2.3	Registro por competência – Multas e juros por atraso de pagamento	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	-	-	Folha de pagamento de janeiro a outubro de 2024.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL**

1.2.4	Retenção/Repasse das Contribuições Previdenciárias- parte servidor		CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 4.105/2017	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	13 folhas	10 folhas	Folha de pagamento de janeiro a outubro de 2024.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários.	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 4.105/2017	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) Estão sendo registrados como passivo da entidade; b) Estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) Se seu total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) Se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente e como ativo no RPPS; e) Se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	-	-	Balancete contábil, DELREP. CADPREV
1.2.8	Medidas de cobrança – créditos previdenciários a receber e parcelamento previdenciário a receber.		LRF(LC101/2000)	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.  Constatou-se que todas as contribuições devidas, no exercício, pela Prefeitura foram repassadas ao RPPS, bem como, não existindo parcelamento junto ao órgão.	-	-	Folha de Pagamento do período de janeiro a outubro de 2024 e relatório de pagamento emitido pelo sistema de contabilidade. DELREP.
<b>1.3 Gestão Patrimonial</b>							
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>	<b>Descrição da Amostra</b>

[illegible]



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.6.11	Extrato consolidado da folha de pagamento		IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	13 folhas	5 folhas	Extrato Consolidado da remessa encaminhada ao TCE; Resumo consolidado da folha de pagamentos.
1.6.12	Liquidação da folha de pagamento		Lei 4.320/1964, art. 63; e, MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	13 folhas	5 folhas	Extrato Consolidado da remessa encaminhada ao TCE; movimento de liquidação gerado pelo sistema de contabilidade.
<b>2.2. Gestão Fiscal, financeira e orçamentária</b>							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
2.2.10	Execução de Programas e Projetos	LOA/2022	CRFB/88, art. 167, I	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	R\$200.022.410,79	R\$ 5.942.004,21	Balancete da despesa da de dezembro Leis e Decretos de abertura de créditos especiais.
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Lei 4937/2021-LOA; Lei 4840/2023 e Lei 4838/2024; Lei 4939/2024.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 468.000,00	R\$ 468.000,00	Subvenções sociais a diversas entidades.

2.2.35	Despesa - subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.		Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	-	-	Demonstrativo de despesa por subelemento
<b>2.3 Gestão Patrimonial</b>							
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>	<b>Descrição da Amostra</b>
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais		CRFB/88, art. 100. / ei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	R\$19.136.773,15	R\$19.136.773,15	Precatórios Judiciais – Relação de precatórios TJ. Processo.
<b>2.4. Limites Constitucionais e legais</b>							
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>	<b>Descrição da Amostra</b>
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	-	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	-	-	Balancete de verificação; Relatório movimento de empenhos e demonstrativo da despesa
<b>2.5. Gestão Previdenciária</b>							
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>	<b>Descrição da Amostra</b>
2.5.4	Alíquota Contribuição - Recolhimento	Resumo da Folha de Pagamentos	CF/88, art.40 LRF, art.69; Lei 9.717/1998, arts, 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Resumo da Folha de Pagamento de janeiro a dezembro (12 meses)	Resumo da Folha de Pagamento de janeiro a outubro (10 meses)	Resumo da Folha de Pagamento e Lei 4105/2017. Alíquota Servidor = 14% Patronal =16%



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL**

2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Amortização Legal		CF/88, art.40 LRF, art.69; Lei 9.717/1998, arts, 1º e 3º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36 §1º.	Verificar se os Acordos de parcelamento tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	-	-	Balancete Contábil DELREP. CADPREV.
2.5.26	Censo Atuarial		Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para a manutenção de base de dados adequada.	-	Verificou-se que o último censo foi realizado em 2023, conforme Decreto 423/2023.	Decreto 423/2023; Portaria Conjunta 001/2023. <a href="https://ipg-guarapari.org.br/censo/">https://ipg-guarapari.org.br/censo/</a>

**2.6 Demais Atos de Gestão**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>	<b>Descrição da Amostra</b>
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional do Município.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	-	-	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional do Município. - Funções de confiança
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional do Município.	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	-	-	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional
2.6.4	Pessoal – teto	-	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	196.274.604,57	1.647.372,56	FOPAG de agosto a dezembro

**3.1 Análises Contábeis**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universe do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>	
3.1.1	Análise da Receita Orçamentária entre BALFIN e BALORC	BALFIN BALORC	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que o total da receita no BALFIN corresponde ao total registrado no BALORC	603.762.384,64	603.762.384,64	BALFIN BALORC
3.1.2	Análise da despesa orçamentária entre BALFIN e BALORC	BALFIN BALORC	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que o total da despesa registrada no BALFIN corresponde ao valor apresentado no BALORC	407.529.668,49	407.529.668,49	BALFIN BALORC
3.1.3	Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada	BALORC	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que a despesa empenhada é menor que a dotação atualizada.	427.529.668,49	427.529.668,49	BALORC
3.1.4	Análise entre o BALFIN e BALPAT em relação ao saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa. (exercício anterior)	BALFIN BALPAT	Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que o montante de caixa e equivalente de caixa é igual nos demonstrativos analisados.	R\$ 51.393.487,08	R\$ 51.393.487,08	BALFIN BALPAT
3.1.5	Análise entre o BALFIN e BALPAT em relação ao saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.(exercício atual)	BALFIN BALPAT	Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que o montante de caixa e equivalente de caixa é igual nos demonstrativos analisados.	R\$ 40.871.301,15	R\$ 40.871.301,15	BALFIN BALPAT





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL**

3.1.6	Análise das informações da conta Caixa e Equivalente de Caixa nos demonstrativos: TVDISP e BALFIN	BALFIN TVDISP	Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que o montante R\$ 40.871.301,15, referente a caixa e equivalente de caixa registrado no TVDISP difere do valor de R\$ 40.871.301,15 registrado no BALFIN, no entanto, verifica-se que parte desse montante, no valor de R\$ 91.423,21, encontra-se registrado na conta 1.1.3.5.1.01.00 – Depósitos e cauções relativos a contratos ou convênios, sendo contabilizado apenas no TVDISP.	R\$ 40.871.301,15	R\$ 40.871.301,15	BALFIN TVDISP
3.1.7	Análise do resultado patrimonial do BALPAT e DEMVAP. (exercício atual)	BALPAT DEMVAP	Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se a conformidade entre os valores registrados nos demonstrativos analisados	R\$ 359.078.339,88	R\$ 359.078.339,88	BALPAT DEMVAP
3.1.8	Análise do Resultado Patrimonial do Período evidenciado na DEMVAP e BALPAT. (exercício anterior)	BALPAT DEMVAP	Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se a conformidade entre os valores registrados nos demonstrativos analisados	R\$ 72.916.738,29	R\$ 72.916.738,29	BALPAT DEMVAP
3.1.9	Análise entre o BALFIN e o BALORC em relação aos Restos a Pagar processados	BALFIN BALORC	Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis	R\$ 2.823.490,35	R\$ 2.823.490,35	BALFIN BALORC
3.1.10	Conferência dos saldos devedores e credores	BALPAT DEMVAP	Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que a soma do ativo e VPD, corresponde à soma do passivo e VPA e Resultado Patrimonial	2.641.871.895,58	2.641.871.895,58	BALPAT DEMVAP
3.1.11	Análise dos saldos bancários e o saldo contábil registrado no TVDISP	TVDISP EXTRATOS	MCASP	Constatou-se que os valores registrados no TVDISP não correspondem ao saldo dos extratos em 31/12/2024, conforme item 1.3.4, o saldo	R\$ 40.605.709,31	R\$ 40.605.709,31	TVDISP EXTRATOS

3.1.12	Análise do Recolhimento de Contribuições Previdenciárias - Contribuição Patronal	-	Base Normativa: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/64 e artigo 40 da CF de 1988	Constatou-se que 100% das contribuições registradas na folha de pagamentos foram liquidadas e 96.32% foram pagas, de acordo com o sistema de contabilidade.	R\$ 26.290.808,22	R\$ 26.290.808,22	Relatório de liquidação FOPAG
3.1.13	Análise do Recolhimento de Contribuições Previdenciárias – Contribuição Servidor	-	Base Normativa: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/64 e artigo 40 da CF de 1988	Constatou-se que 100% das contribuições registradas na folha de pagamentos foram contabilizadas e 97,73% foram pagas, de acordo com o sistema de contabilidade.	R\$ 16.405.519,41	R\$ 16.405.519,41	FOPAG Movimento de receita Relatório de pagamentos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL

## 1.2. Constatações e proposições

Na tabela abaixo, são apresentadas as constatações acerca dos itens selecionados para análise conforme tabela do tópico 1.1, indicando os achados, as proposições e a situação na data do balanço:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.1	Constatou-se divergência no montante de R\$ 806.000,00, entre o saldo de bens imóveis registrado no inventário e no balanço patrimonial em 31/12/2024.	Conferência dos demonstrativos e correção das inconsistências.	Encaminhado à Fazenda/ Contabilidade
1.3.4	Constatou-se saldo em contas registradas no TVDISP em valor maior que a soma apresentada nos extratos bancários gerando a diferença de R\$ 486.276,18. Do mesmo modo, encontrou-se saldos em outros extratos em valor maior que aquele registrado no TVDISP, no montante de R\$ 391.749,03.	Conferência da conciliação bancária visando identificar e corrigir a diferença apurada	Encaminhado à Fazenda/ Contabilidade
2.3.1	Constatou-se que o montante de precatórios no valor de R\$ 19.136.773,15 informado na lista disponibilizada pelo Tribunal de Justiça confere com o montante registrado nas contas 2.2.1.1.1.03.02.001 e 2.2.3.1.1.04.02.001. Todavia, o valor registrado no RELPRE é de R\$ -6.700.501,46.	Conferência dos demonstrativos e correção das inconsistências.	Encaminhado à Fazenda/ Contabilidade
2.5.4	Ao analisar os resumos mensais das folhas de pagamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, do período de janeiro a outubro de 2024, constatou-se que a contribuição previdenciária patronal corresponde a 16% da base de cálculo dos servidores vinculados ao regime próprio de previdência e a contribuição dos servidores, por sua vez, corresponde a 14% da base de cálculo informada no referido resumo, desse modo, com base nas informações registradas, verifica-se	Conferência da folha de pagamentos antes enviá-la para registro.	Encaminhado ao setor de recursos humanos.

	que os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidos na lei municipal nº. 4.105/2017 que trata do plano de custeio do RPPS e alterações, com exceção do desconto devido ao Fundo Capitalizado no mês de janeiro, uma vez que, excedeu em 0,02% a alíquota de contribuição estabelecida e do mês de junho que excedeu a alíquota em 0,03%, desse modo recomendou ao setor de RH, a conferência dos descontos previdenciários e as contribuições patronais calculados nas próximas folhas visando obedecer às alíquotas estabelecidas na Lei 4.105/2017 que dispõe sobre o plano de custeio do regime próprio de previdência dos servidores municipais.		
3.1.11	Constatou-se saldo em contas registradas no TVDISP em valor maior que a soma apresentada nos extratos bancários gerando a diferença de R\$ 486.276,18. Do mesmo modo, encontrou-se saldos em outros extratos em valor maior que aquele registrado no TVDISP, no montante de R\$ 391.749,03.	Conferência da conciliação bancária visando identificar e corrigir a diferença apurada	Encaminhado à Fazenda/ Contabilidade
3.1.6	Constatou-se que o montante R\$ 40.871.301,15, referente a caixa e equivalente de caixa registrado no TVDISP difere do valor de R\$ 40.871.301,15 registrado no BALFIN, no entanto, verifica-se que parte desse montante, no valor de R\$ 91.423,21, encontra-se registrado na conta 1.1.3.5.1.01.00 – Depósitos e cauções relativos a contratos ou convênios, sendo contabilizado apenas no TVDISP.	Conferência dos demonstrativos antes do seu envio ao TCE, juntamente com os documentos que compõem a PCA.	Encaminhado à Fazenda/ Contabilidade



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
CONTROLADORIA GERAL

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Edson Figueiredo Magalhães, gestor da Prefeitura Municipal de Guarapari, relativa ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 deste relatório, a referida prestação de contas encontra-se regular com ressalva, em condição de ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado para análise e julgamento.

**Guarapari/ES, 12 de março de 2024**

**Guilherme Sarcinelli Ferreira**  
Controlador Geral